



XVIII SIMPURB  
Simpósio Nacional  
de Geografia Urbana  
2024 Niterói

Uma agenda para  
a democratização  
da cidade

3 a 7 DEZ

Universidade Federal Fluminense  
Instituto de Geociências - Campus da Praia Vermelha

GT – 23: Urbanização, turismo e lazeres

## URBANIZAÇÃO CABO FRIO-BÚZIOS DE M.M.M. ROBERTO, 1955:

### Uma cidade-jardim entre a restinga e o mar.

Autor: Ivo Matos Barreto Júnior

Filiação institucional:  
Arquiteto do IPHAN-RJ.

Docente do Curso de Arq. e Urb. UNESA/ Cabo Frio

Doutorando em Arquitetura/ PROARQ/ FAU/ UFRJ

E-mail: ivobarreto.arq@gmail.com

**RESUMO:** Epicentro da balnearização regional desde a década de 1940, Cabo Frio foi objeto de inúmeros projetos e transformações urbanas ligadas à vilegiatura marítima. Neste contexto, pretende-se analisar o Projeto Urbanização Cabo Frio – Búzios, assinado pelo escritório M.M.M Roberto Arquitetos, no qual propunham, em 1955, uma cidade-jardim balneária alinhada às teorias de Ebenezer Howard, uma resposta ao ciclo turístico que se iniciava.

**Palavras-chave:** Urbanismo Turístico, cidade-jardim, Cabo Frio

## 1. INTRODUÇÃO

---

O interior litorâneo do estado do Rio de Janeiro, Cabo Frio, em 1955, já estava ligada à capital por estrada de rodagem e a esta época configurava-se como um polo de efervescência em função da atividade turística em ascensão. A cidade se via formalmente inserida na economia do veraneio que se estruturava como política de Estado e, de maneira crescente, era apresentada na imprensa revestida por uma narrativa de paisagem ligada ao mar, processo que possui seus primeiros registros em imprensa já no final da década de 1950, mas que vai se intensificando até a década de 1970 (CHRISTÓVÃO, 2011). Este novo cenário sócio espacial (SOUZA, 2013) que vai se instalando na região entre o mar e as Lagunas de Araruama,

estendendo-se à cidades e vilarejos situados nas suas bordas, ocorreu arregimentando e influenciando a realização de projetos e obras arquitetônicas e urbanísticas de transformação da cidade<sup>1</sup>, demandando a elaboração de projetos urbanísticos sucessivos e planos de crescimento de diversas naturezas e olhares para a paisagem.

Contexto dinâmico do ponto de vista construtivo, o turismo torna-se propulsor de uma demanda local por projetos em escalas distintas, conseqüentemente espaço para atuação de parte considerável dos arquitetos ligados ao Movimento Moderno da arquitetura brasileira e à Escola Carioca, em especial. Se podemos considerar o ano de 1942 como um marco neste processo, tendo em vista o Plano Diretor e de Urbanização de Cabo Frio (Figura 2) e Araruama, elaborados pelos irmãos Jeronymo e Abelardo Coimbra Bueno para o governo do Estado – projeto que direcionou, com ajustes ao longo do tempo, o crescimento de Cabo Frio – as décadas seguintes viram surgir inúmeras outras propostas de alteração da morfologia de Cabo Frio. Iniciativas de caráter público e privado, grande parte destas propostas nas primeiras décadas, buscavam a geração de solo edificável à beira do Canal do Itajuru, eixo navegável de ligação com o mar.

Este processo relacionado à vilegiatura marítima<sup>2</sup> que domina as propostas urbanísticas desde o projeto dos Bueno em 1942, possui sua origem em uma dinâmica menos efervescente quando, em 1938 (Figura 1), o Departamento Nacional de Portos e Navegação – DNPN propõe a redução da largura do canal do Itajuru de 450 para 100m, na busca por solucionar o escoamento da produção salinera regional, naquele momento principal atividade econômica no entorno da Laguna de Araruama, de ares pré-industriais (DE BEUCLAIR, 1992; NOBREGA, 1959). O escoamento do produto, recolhido nas salinas distribuídas nas bordas dos 200km<sup>2</sup> da laguna, tinha na navegação pelo Canal do Itajuru até o Porto de Cabo Frio, junto à Boca da Barra, sua principal via de escoamento, o que justificava a medida (MELO, 2009). Contudo, é a grande geração de solo decorrente do processo de aterramento que atrai a atenção dos atores do turismo, que vê na sua efetivação uma oportunidade de ampliar as atividades construtivas e

---

<sup>1</sup> Sobre este aspecto, ler “CAPÍTULO II – CABO FRIO: A CIDADE QUE NÃO EXISTIU” (MACEDO, 2020, p.69-155).

<sup>2</sup> Entende-se por vilegiatura marítima as transformações do espaço litorâneo natural para conformação dos espaços urbanizados em função de novas práticas sociais modernas de lazer ligadas ao mar (DANTAS, 2004; DANTAS; PANIZZA; PEREIRA, 2008).

de modernização da cidade, que atendia naquele momento a um turismo de alto poder aquisitivo.



Figura 1: Ocupação da cidade de Cabo Frio em 1938. Mapa elaborado pela Prefeitura Municipal, em decorrência do Decreto-lei nº 311, de 02 de março de 1938. Fonte: Núcleo de Pesquisa e Documentação - NPD/FAU/UF RJ.



Figura 2: Plano Diretor e de Urbanização de Cabo Frio, de autoria de Abelardo Coimbra Bueno e Jeronymo Coimbra Bueno (1942). Note-se o estreitamento proposto para o Canal do Itajuru, admitindo os limites projetados pelo DNP em 1938. Fonte: Arquivo Noronha Santos – ANS/IPHAN.

Embora previstos no Plano de 1942 dos Bueno, os aterros mais expressivos serão iniciados nos anos de 1960, junto à Gamboa, borda sul do Morro do Telégrafo – local em que se implanta o Costa Azul Iate Clube (1964) –, sendo concluídos nos anos de 1970, com a implementação do Projeto Marinas do Canal (Figura 3) e Condomínio Moringa (aprovados em 1972). Note-se que este movimento ocorre já operando modificações no Plano de 1942, na busca por ampliar o número de terreno dotados de ancoradouro particular. Ainda respondendo a um turismo de alto poder aquisitivo e a ocasionalidade de empreendimentos particulares que veem na venda do solo seu caminho mais lucrativo, os parcelamentos do solo seguem sendo realizados sem a implementação de uma legislação urbanística capaz de equacionar preservação ambiental, paisagístico-cultural e o crescimento urbano.<sup>3</sup>

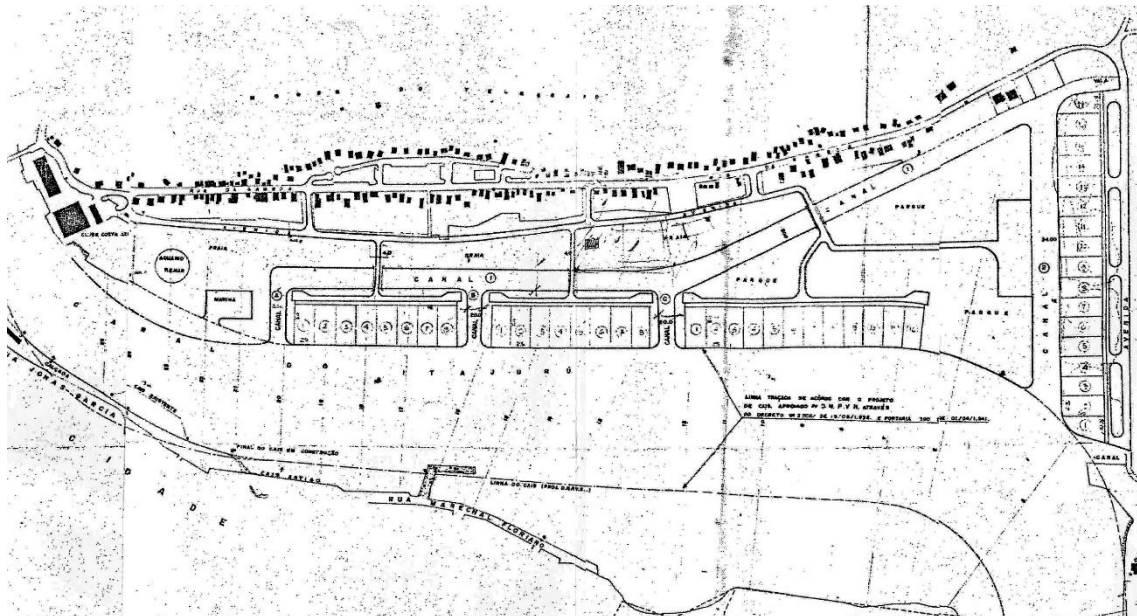


Figura 3: Projeto de Urbanização e Saneamento - Canal do Itajuru – Gamboa, da Prefeitura Municipal de Cabo Frio (Autores: arquiteto Aristarco Acioli e engenheiro Cesar A. B. Thedim). Fonte: Arquivo ETRL/IPHAN-RJ.

Considerando o acervo que vem sendo localizado no Inventário Modernos Praianos<sup>4</sup>, esta tendência de vilegiatura marítima vem se revelando presente desde as primeiras décadas

<sup>3</sup> Cabo Frio passa a definir regras de ocupação do solo urbano e suas atividades apenas em 1979, com a edição da Lei nº 116, de 16 de novembro de 1979, que dispõe sobre a divisão territorial do Município em Áreas e Zonas.

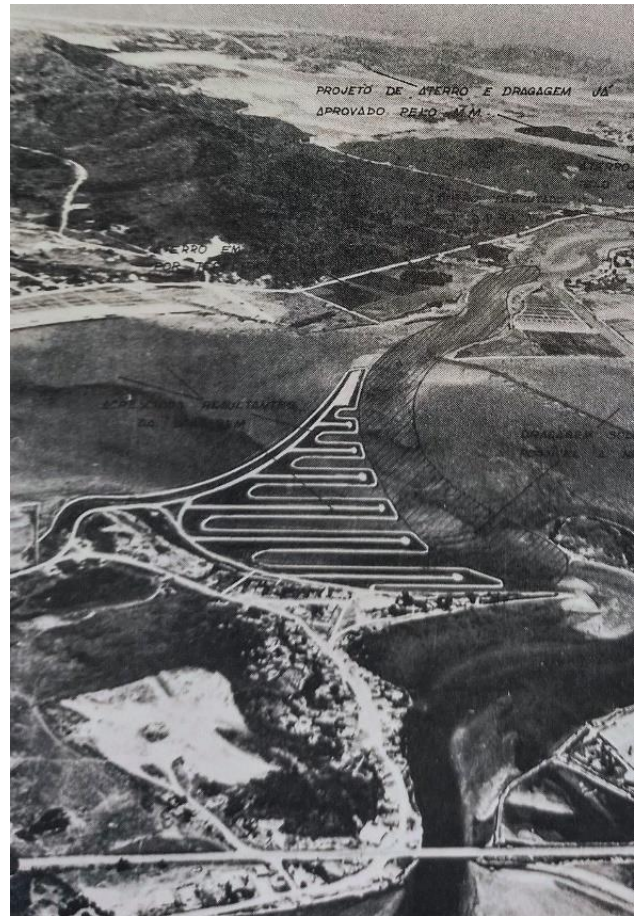
<sup>4</sup> O Inventário Modernos Praianos integra parte de pesquisa de doutorado do autor em curso junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura – PROARQ/FAU/UFRJ. Na pesquisa vem sendo inventariadas e sistematizadas as ocorrências de trabalhos dos arquitetos alinhado ao Movimento Moderno, quando em atuação em Cabo Frio e entorno próximo, nos campos do urbanismo, paisagismo, arquitetura e patrimônio cultural.

do desenvolvimento turístico local, de forma que vários outros projetos foram elaborados, mas alguns deles não efetivados. Via de regra, as propostas exploram de maneira protagonista a relação com o mar e a lagoa, propondo penínsulas, píeres e esporões no sentido da criação ou ampliação das conexões navegáveis junto às bordas parceladas, particulares ou públicas. São os casos do projeto de urbanização proposto por Álvaro Vital Brazil para a Ponta do Ambrósio, em 1969 (Figura 4 e Figura 5), do estudo de Marina Municipal, projeto dos irmãos Ricardo e Renato Menescal (Figura 7) ou o grande píer e praças públicas propostos para a região portuária da Unidade Urbana Monte Alegre (Figura 8), nas proximidades do atual Porto do Carro, projeto do escritório M.M.M. Roberto, em 1955 (Figura 8).



Figura 4 (Acima): Situação morfológica da ponta do Ambrósio e Saco do Porto do carro, em 1969. Fonte: BRAZIL, 1986, p. 118.

Figura 5 (à direita): Proposta de ocupação por aterros, de Vital Brazil (1969), na qual cada península é dotada de circulação viária central em terrenos periféricos, servidos com embarcadouros particulares junto ao canal. Fonte: BRAZIL, 1986, p. 118.



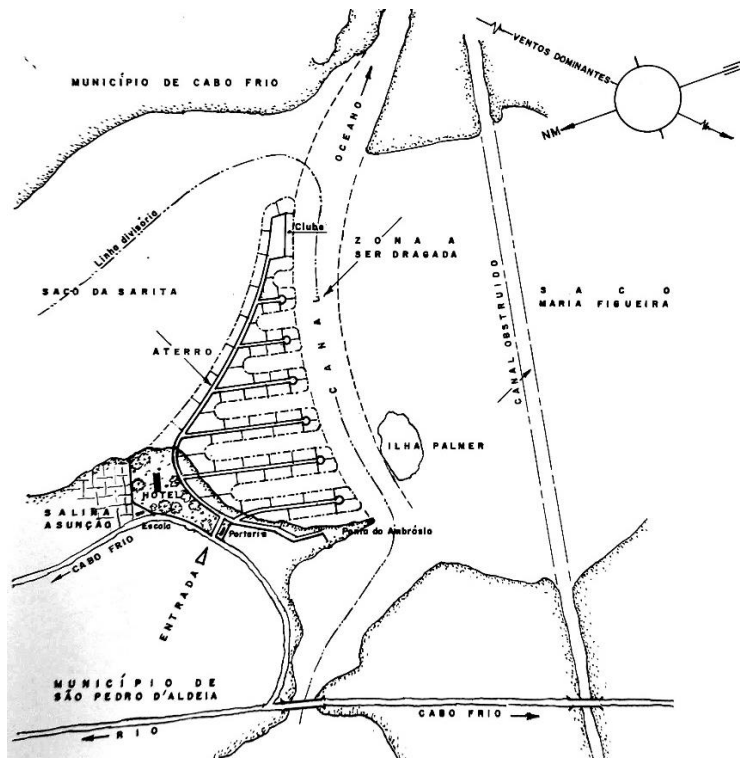
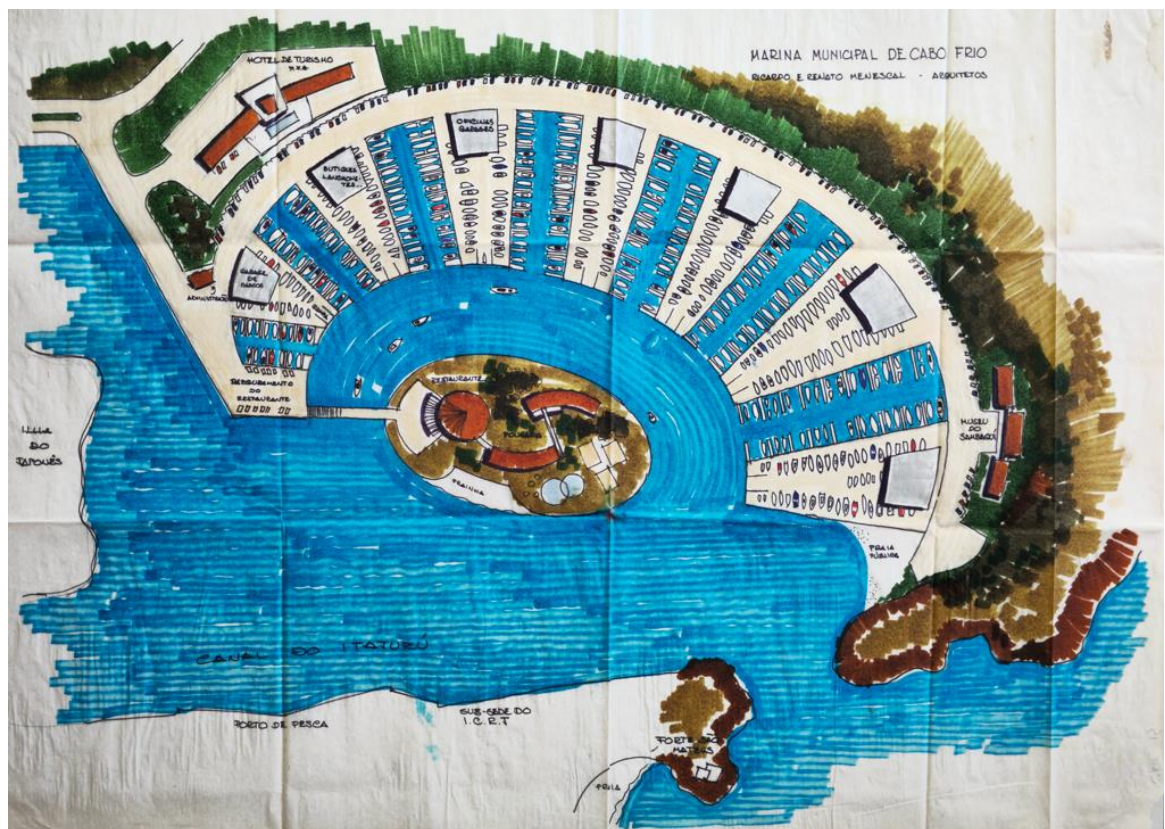


Figura 6 (à esquerda): Planta esquemática do projeto de Álvaro Vital Brazil para a Planta do Ambrósio. Fonte: (BRAZIL, 1986), p. 119.

Figura 7 (abaixo): Estudo para Marina Municipal de Cabo Frio, na enseada existente na margem esquerda, antes da saída da Boca da Barra, entre a Ponta da Lajinha e a Ilha do Japonês. Estudo dos irmãos Ricardo e Renato Menescal (sem data). Fonte: Acervo Costa Azul Iate Clube – CAIC.



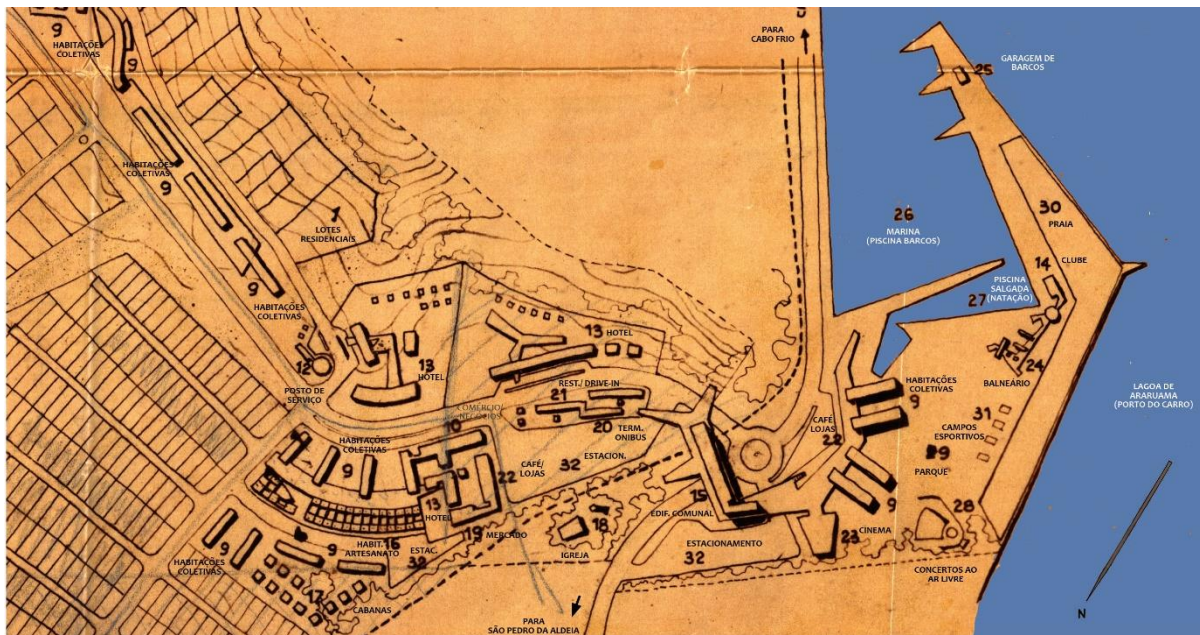


Figura 8: Reprodução parcial da Unidade Urbana de Monte Alegre (M.M.M Roberto arquitetos, 1955), atual orla lacustre do Porto do Carro, junto à divisa de São Pedro da Aldeia e Cabo Frio (UU 1, no mapa da Figura 9). Fonte: Acervo NPD/FAU/UFRJ; tratamento digital, adição de azul e textos Ivo Barreto, 2024.

## 2. URBANIZAÇÃO CABO FRIO- BUZIOS: PLANO DIRETOR REGIONAL (M.M.M. ROBERTO ARQUITETOS, 1955)

A Unidade Urbana Monte Alegre, apresentada na última imagem (Figura 8) integra o imenso plano de ordenamento territorial, de motivação turística, intitulado “Urbanização Cabo Frio – Búzios” – UCFB, elaborado pelo escritório M.M.M. Roberto Arquitetos, em 1955. Trata-se do projeto de maior envergadura no contexto do material até aqui sistematizado pela pesquisa sobre os Modernos Praianos. À parte disso, apresenta-se como o mais contundente – e antigo – esforço projetual de planejamento e ordenamento territorial, na busca por equalizar a demanda turística à expansão urbana e populacional por ela influenciada (Tabela 1), pensado de maneira alinhada à preservação dos ativos naturais e ambientais da região.

Dados demográficos de Cabo Frio		
Data	População (nº de habitantes)	% da variação populacional
31/12/1890	10.382	
31/12/1900	8.791	-15,32%

01/09/1920	16.475	87,41%
01/09/1940	14.948	-9,27%
<b>01/07/1950</b>	16.176	8,22%
<b>1960</b>	27.441	<b>69,64%</b>
<b>1970</b>	44.379	<b>61,73%</b>
<b>1980</b>	70.955	<b>59,88%</b>

Tabela 1: Dados censitários de Cabo Frio, entre 1890 e 1980.

Fonte: CHRISTÓVÃO, 2011, p. 159 e ampliação de Ivo Barreto, 2024 (grifos nossos).

Alinhada à teoria das Cidades-jardim formulada por Ebenezer Howard (1850-1928)<sup>5</sup>, o Projeto UFCB (Figura 9) foi um dos mais publicados pelo escritório M.M.M. Roberto Arquitetos no momento que Souza (2014) denomina por Terceiro Período do (1953 – 1964), no qual destacam-se os planos urbanísticos e turísticos. Sob o título de “Urbanização Cabo Frio-Búzios: Plano Diretor Regional”, o projeto foi tema dominante (e capa)<sup>6</sup> da Revista Módulo nº 05, em 1956<sup>7</sup>, demonstrando sua relevância e colaboração ao debate. À ocasião da publicação, “tendo em vista a realização gradual e ordenada do plano” (M.M.M ROBERTO, 1956, p. 96) também foi publicada pelos autores uma minuta de projeto de lei que Dispõe sobre o Plano Diretor Regional (Revista Módulo, 1956, p. 96-101).

Embora sob encomenda particular<sup>8</sup>, o plano apresenta um esforço de planejamento em escala regional, compatível a um ordenamento municipal, abordando uma área de 40 mil hectares que se estende da Boca da Barra do Canal do Itajuru até a margem direita do Rio São João (divisa com Casimiro de Abreu), abrangendo as atuais Cabo Frio, seu distrito de Tamoios

<sup>5</sup> Estudioso das cidades antes da afirmação do urbanismo como disciplina, Ebenezer Howard elaborou um sistema organizacional territorial composto por pequenos núcleos urbanos de crescimento limitado, cercados por um cinturão verde agrícola. No projeto publicado, a equipe do escritório M.M.M Roberto ainda cita Raymond Unwin, Clarence Perry, Henry Wright e C. S. Stein como sendo autores posteriores a Howard, mas que colaboram com a ampliação de suas formulações, também influenciando o projeto.

<sup>6</sup> Arte da capa elaborada por Athos Bulcão, em uma colagem de elementos gráficos do projeto e recortes de elementos da paisagem local, como acidentes geográficos e moinhos de vento das salinas tradicionais.

<sup>7</sup> No acervo do NPD/FAU/UFRJ encontram-se as plantas originais do projeto intitulado “Urbanização Cabo Frio – Búzios” e, além destas, consta no fundo oriundo do escritório MMM Roberto um memorial intitulado “Planejamento Turístico Cabo Frio – Búzios/ Estado do Rio de Janeiro – 1955 – 1958”. Embora haja uma variação na terminologia do título, o memorial trata do mesmo projeto, que na publicação da revista Módulo citada ainda vai ser denominado “Urbanização Cabo Frio- Búzios: Plano Diretor Regional”.

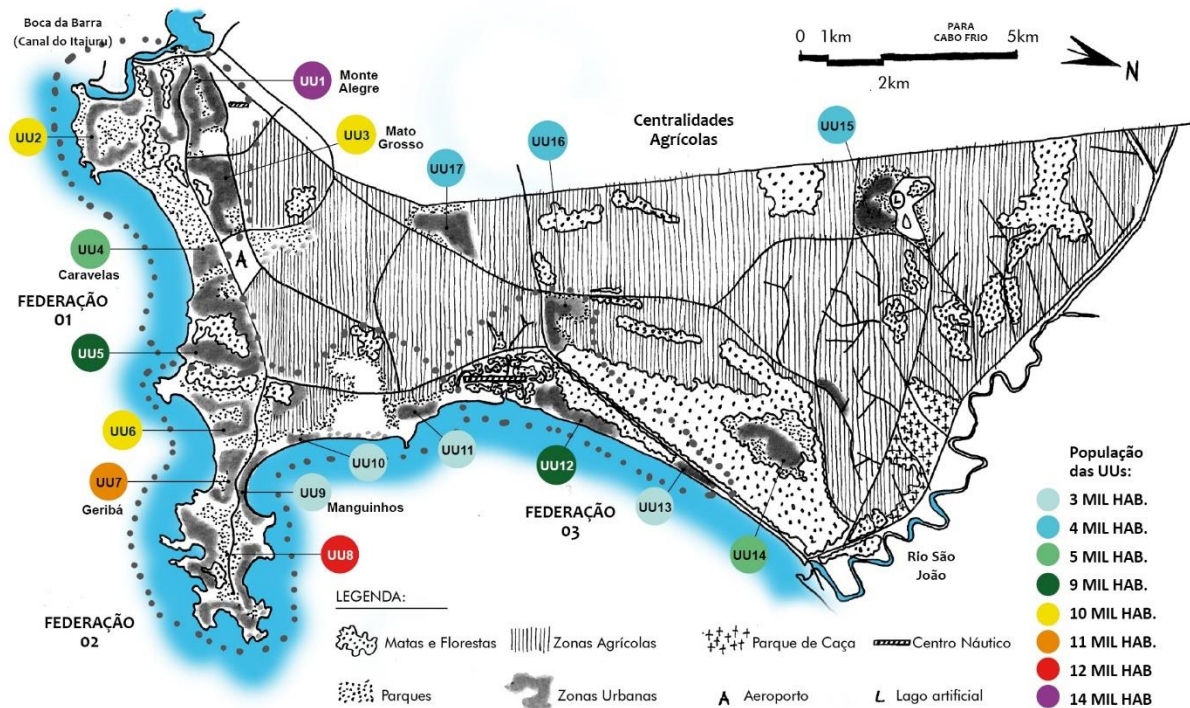
<sup>8</sup> No acervo do NPD/FAU/UFRJ, o “Planejamento Turístico Cabo Frio – Búzios/ Estado do Rio de Janeiro – 1955 – 1958” aponta como contratante a empresa PLANIL.

e Armação dos Búzios. Já admitindo uma projeção da atividade turística, o projeto apoia-se no primado da ciência e na formação de uma equipe multidisciplinar<sup>9</sup>, na busca por diagnosticar preliminarmente as potencialidades de cada zona abordada dentro da área projeto, para então distribuir um sistema de uso e ocupação do solo à luz da conjugação de estudos ecológicos, econômicos e urbanísticos realizados. Este sistema de cidade-jardim elaborado (Figura 9) é composto por (1) Terras de Utilização Agrícola, destinadas à agricultura e pecuária e; (2) Terras Economicamente destinadas a outras ocupações. Dentre estas, as terras destinam-se a (2.1) Instalação de áreas de recreação naturais (parques urbanos e parques rurais); (2.2) Áreas para reflorestamento; (2.3) Áreas utilizáveis para a proteção contra erosão e controle de suprimento de água e por fim; (2.4) Urbanização e paisagismo. Conforme se pode notar (Figura 9), a proporção entre áreas urbanizadas e naturais demonstra prevalência das áreas naturais e a importância conferida aos aspectos ecológicos, agrícolas e paisagísticos.

Segundo os autores, o projeto deveria atender a premissa de equilíbrio entre a população flutuante (veranistas e turistas) e a permanente, garantindo e assegurando a proteção de nascentes e a preservação de ativos naturais da região. Neste sentido, os núcleos urbanos foram pensados de maneira descentralizada e respeitando um dimensionamento populacional pré-estabelecido, de crescimento limitado. Admitida uma projeção populacional total de 144 mil habitantes, após os estudos socioeconômicos e espaciais, cada uma das 17 Unidades Urbanas foi posicionada no território (Figura 9). Projetadas como núcleos pequenos, a definição do tamanho máximo da UU, que varia de 2 mil a 14 mil habitantes, passava pela determinação prévia de sua densidade ideal, respeitando-se a adequabilidade a cada zona natural para evitar aglomerações desordenadas em zonas ambientalmente sensíveis, bem como atendia à proporcionalidade entre áreas de cultivo e a garantia alimentar da população.

---

<sup>9</sup> Fazem parte da equipe como autores: os irmãos Marcelo e Maurício Roberto, Antônio A. Dias (arquiteto associado) e arquiteta Ellida E. Engert (Chefe de Equipe); e como colaboradores: Paula Novaes (Organização Econômica), Fernando Segadas Vianna (Ecologia e Planejamento Agrícola), J. Oliveira Sampaio (Engenharia) e Jorge Chmielewski (Planejamento Financeiro). Aerofotogrametria e Levantamento Topográfico: Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S/A" (M.M.M ROBERTO, 1956, p. 56)



#### Plano Geral da Urbanização Cabo Frio - Búzios

M.M.M. Roberto Arquitetos, 1955. Fonte: Ilustração de Ivo Barreto (2024), baseado no original (Acervo NPD/FAU/UFRJ). Inventário Modernos Praianos . 2024

Figura 9: Ilustração do Plano Geral da Urbanização Cabo Frio – Búzios (créditos acima).

Além da Unidade Urbana-Tipo, que expõe as premissas conceituais do desenho urbanístico (Figura 10 à Figura 14), todas as UUs mais populosas situam-se junto ao mar ou às águas da Laguna de Araruama, respondendo aos motivadores da proposta. Segundo os autores, argumenta-se pelo abandono da ideia de um conjunto de Unidades de Vizinhança distribuídas ao redor de um centro cívico, passíveis de se reproduzir em uma ampliação indefinida do tecido urbano. Na proposta os Roberto argumentam pela “transcendência” desta ideia de UV, a ser alcançada pela proposta das Unidades Urbanas - UU. Mais autônomas, completas e conectadas a um sistema, cada UU seria:

[...] um organismo total, não se decompondo em unidades passíveis de dissolução ou multiplicação. [...] Na Unidade Urbana haverá [...] uma vida social mais ampla e estimulante. Formando um organismo completo, cada unidade fornecerá os elementos necessários à satisfação física, espiritual e social de seus habitantes [...]. Definida e auto-satisfeita, ela fará parte de uma federação. Dentro da federação, cada unidade, suficientemente afastada uma das outras e protegida pela faixa rural, guardará seu caráter e sua integridade. (M.M.M ROBERTO, 1956, p. 68)

Assim, possuindo locais de habitação e de trabalho, atrações naturais e centros de compra e serviços, os deslocamentos dentro das UUs ocorrem conforme a segregação do trânsito de automóveis, proporcionando o deslocamento dos pedestres separadamente, por caminhos-parque. A distância entre as áreas residenciais e as centralidades (detentoras dos serviços, comércios e equipamentos de lazer) define o tamanho da UU. Alguns equipamentos mais transversais, demandantes de maior público, situam-se fora das UUs, em zonas intersticiais. Distribuídas na área projeto, um conjunto de UUs forma uma Federação (em total de 3) as demais, 03 centros agrícolas (Figura 9).

À parte de um detalhamento pedagógico de suas premissas, a Urbanização Cabo Frio – Búzios apresenta projeto de parcelamento e implantação volumétrica de todos os equipamentos arquitetônicos propostos para 5 Unidades Urbanas: UU Monte Alegre - UU 1 (Figura 8)<sup>10</sup>, no atual Porto do Carro; UU Caravelas - UU 4, ocupando parte da área hoje conhecida como Praia do Pontal do Perú; UU Mato Grosso - UU 3, imediações do atual bairro Bosque do Perú; UU Manguinhos - UU 9 e UU Geribá - UU 7 (Figura 15 à Figura 18), ambas na atual Armação dos Búzios, então distrito de Cabo Frio. Todas as UUs respeitam um sistema organizacional viário e ocupacional recorrente apresentado no projeto de Unidade Urbana-tipo (Figura 10) que, à parte das características já citadas, possuem proposta arquitetônica completa para as edificações-tipo das zonas residenciais dos projetos urbanos. Nestas áreas, dispostas de 4 em 4 unidades, as casas articulam-se por meio dos Pátios Sociais, espaços paisagísticos pensados para a interação e convivência dos moradores (Figura 12 à Figura 14).

Outra recorrência entre as UUs são as centralidades. À maneira de parques lineares, adentrando e distribuindo-se nas áreas internas do parcelamento, estes espaços são dotados de um sistema de áreas públicas articuladas por marquises e blocos de edifícios de maior porte, que vão se alternando em uma composição arquitetônica de grande dinamismo formal. Quando próximo ao mar ou à Laguna, apresentam clubes, torres residenciais, hotéis, equipamentos culturais e píer, estabelecendo a conexão da UU com as águas.

Parte do projeto é ilustrado em perspectivas que demonstram a conduta projetual e tectônica pensada para cada uma das zonas. Estes desenhos (Figura 12 e Figura 14) reforçam o entendimento de que para os setores residenciais, majoritários na ocupação proposta pelos

---

<sup>10</sup> Localizações das UUs citadas, vide Figura 9 e reprodução parcial dos planos, indicada nas figuras respectivas.

projetos das UUs (vide Figura 15), optou-se por uma escala mais bucólica e estandardizada, composta por casas térreas brancas, em conjuntos articulados pelos Pátios Sociais, intermediados pelo paisagismo abundante. De outro lado, estas perspectivas atestam também que para as áreas de centralidade cívica há uma busca intencional da excepcionalidade na composição espacial, alternando espaços fechados e abertos, em uma ocupação de usos mistos e parcialmente verticalizadas (Figura 8, Figura 16 à Figura 18). Na UU Geribá (Figura 15), parte da orla da praia previa um grande complexo turístico-cultural (Figura 17), contemplando torres de edifícios de 8 andares e uma grande galeria pública sob pilotis, em frente ao mar (Figura 18).

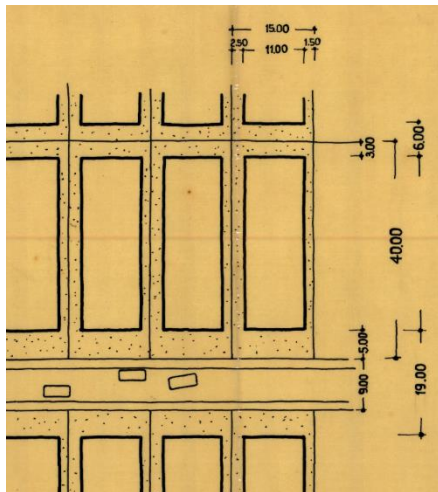


Figura 10: Comparação entre um Loteamento Comum e das Unidades Urbanas propostas. Fonte: Acervo NPD/FAU/UFRJ, edição Ivo Barreto, 2024.

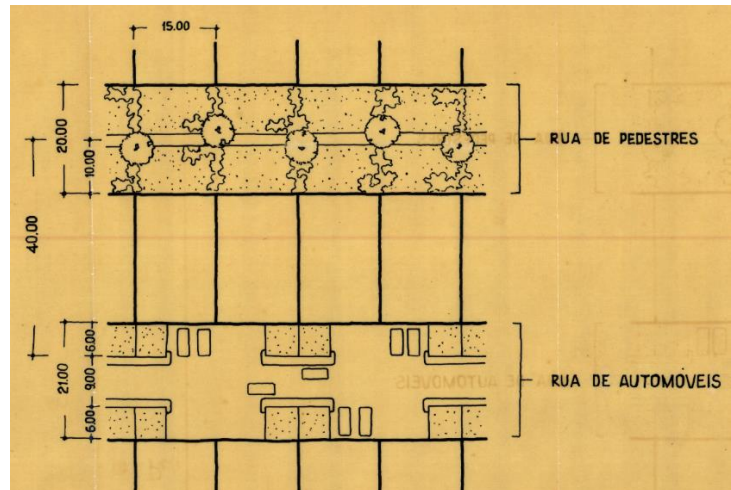


Figura 11 (ao lado): Esquema de organização dos Pátios Sociais que se interligam aos chamados “pátios centrais” (item 5 da figura), espaços de circulação na UU. Fonte: Acervo NPD/FAU/UFRJ, edição Ivo Barreto.

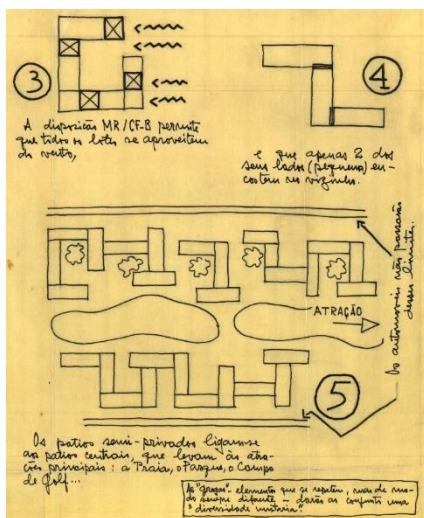
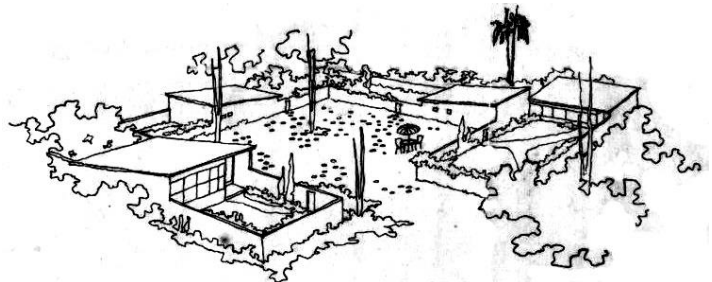


Figura 12: Perspectiva dos Pátios Sociais e arquiteturas-tipo.. Fonte: Acervo NPD/FAU/UFRJ, edição Ivo Barreto, 2024.



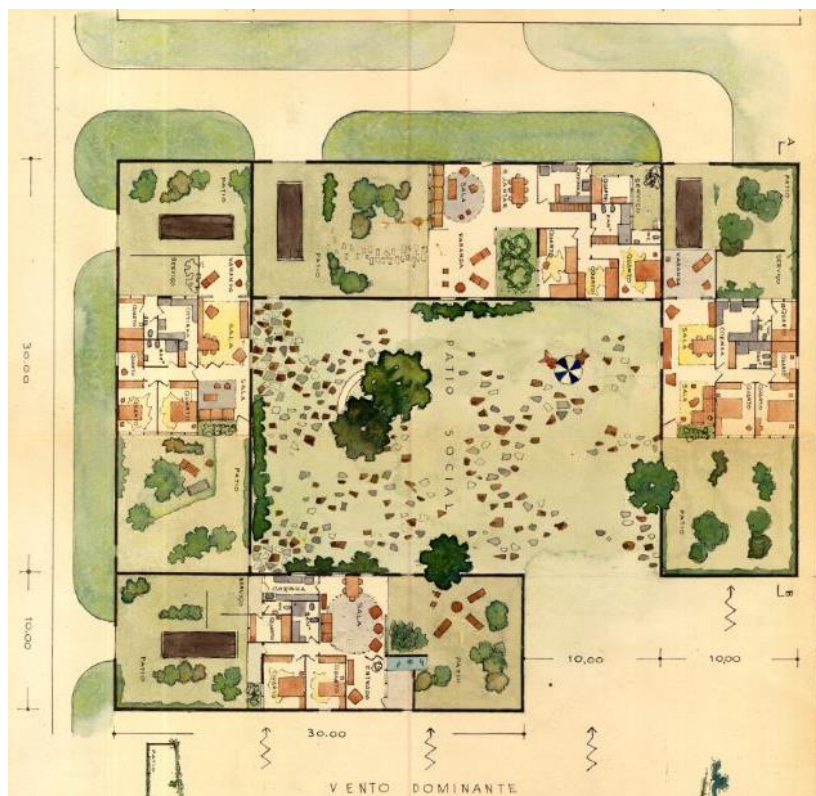


Figura 13: Planta Humanizada (à esquerda) das residências, dispostas conforme projeto, formando um Pátio Social. Fonte: Acervo NPD/FAU/UFRJ, edição Ivo Barreto, 2024.

Figura 14 (à direita): Perspectiva demonstrando a escala e sociabilidade proposta para os Pátios Sociais. Fonte: Acervo NPD/FAU/UFRJ, edição Ivo Barreto, 2024.

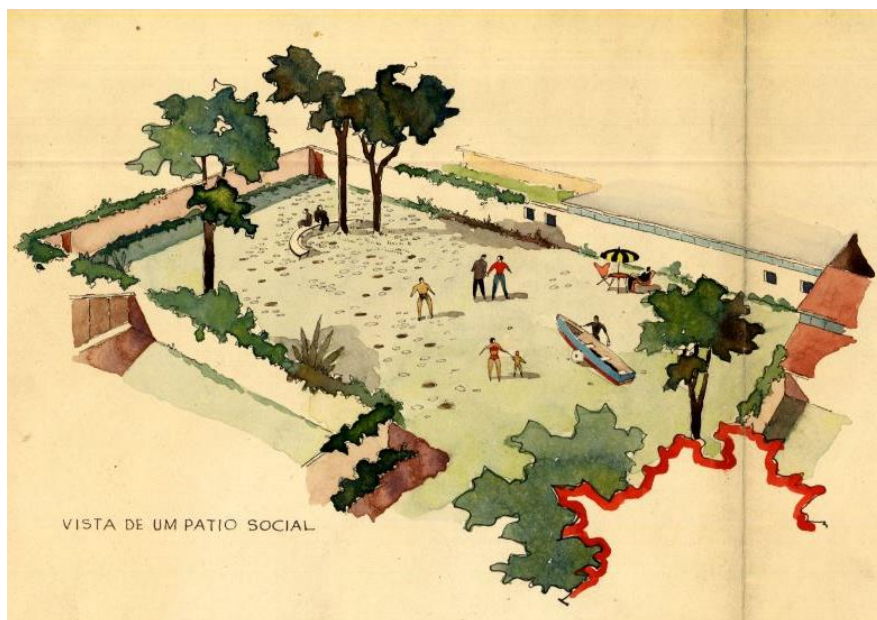




Figura 15: Projeto Urbanístico para a Unidade Urbana Manguinhos (parte superior da imagem, detalhada na Figura 16) e parte da Unidade Urbana Geribá (parte inferior da imagem, detalhada na Figura 17). Fonte: Acervo NPD/FAU/UFRJ.

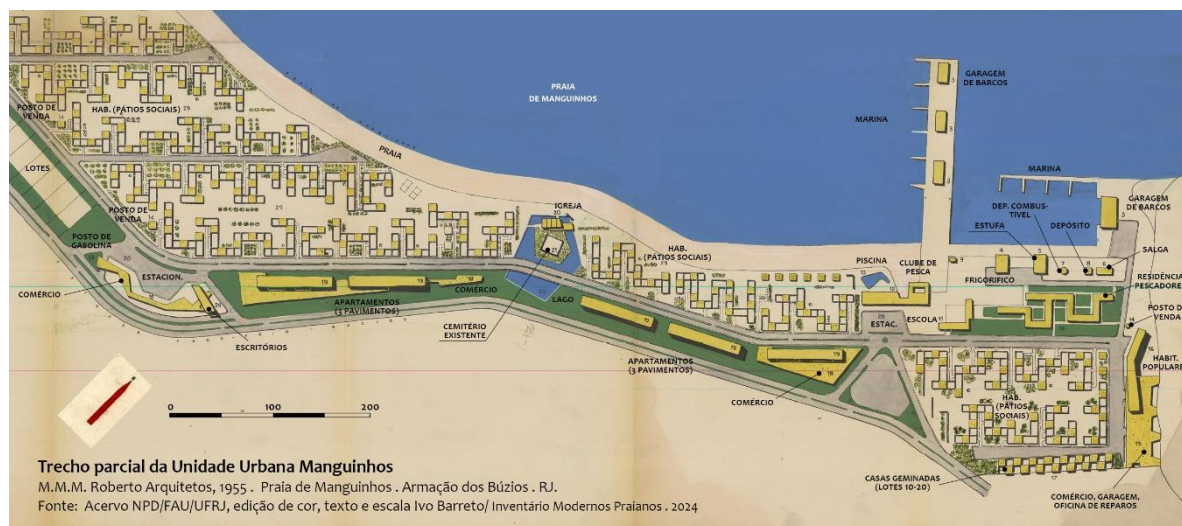


Figura 16 (à esquerda): Trecho da praia, UU Manguinhos. Fonte: Acervo NPD/FAU/UFRJ, tratamento digital, inserção de textos e escala: Ivo Barreto, 2024.





Figura 18: Perspectiva do mesmo complexo comunal à beira da praia na Unidade Urbana Geribá, visto desde a rotatória de acesso, tendo o mar de Geribá ao fundo e torres residencial de 8 pavimentos (residências no pav. tipo e comércio no térreo). Fonte: Acervo NPD/FAU/UFRJ, edição Ivo Barreto.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Ainda que o início da pesquisa sobre os Modernos Praianos tenha sido mobilizado pelo conhecimento de alguns edifícios, após pouco mais de 24 meses de pesquisa, a extensão do acervo encontrado<sup>11</sup> já aponta para uma participação mais abrangente dos arquitetos modernos no processo de transformação e consolidação da região como destino turístico. De natureza extremamente variada<sup>12</sup>, o conjunto de ocorrências demonstra a imensa versatilidade dos arquitetos envolvidos e, evidenciando por consequência a importância do estudo deste acervo.

Não se deve ignorar os conflitos e idiossincrasias inerentes a este processo de privatização e alteração dos espaços sociais da região, processo no qual as populações tradicionais locais paulatinamente foram perdendo e presença no protagonismo no espaço urbano litorâneo, uma vez que este foi sendo moldado de maneira cada vez mais mobilizada

---

<sup>11</sup> Até julho de 2024, a pesquisa conta com 121 ocorrências catalogadas e documentadas nos campos da arquitetura, do paisagismo e do urbanismo (dos quais, mais de 60 contam com projetos localizados, originais ou publicados) e mais um conjunto composto por ações (projetos, estudos e obras) nos campos do patrimônio cultural.

<sup>12</sup> No que se refere à tipologia de uso, os programas de necessidades das arquiteturas inventariadas assim encontram-se classificados atualmente: Residencial unifamiliar; Residencial Unifamiliar com Capela; Clube Náutico; Clube Praiano; Edifício Comercial; Hospedagem; Hospedagem e Comercial; Hospedagem e Recreação; Multifamiliar – Edifício de apartamentos; Multifamiliar – Condomínio de Unidades geminadas; Multifamiliar – Condomínio de casas; Multifamiliar – Condomínio de Casas e Clube; Multifamiliar Misto (apartamentos e comercial); Terminal de Passageiros; Urbanização – Projeto Urbanístico; Urbanização – Loteamento de interesse projetual; Urbanização – Projeto de Paisagismo; Uso Institucional – Particular; Uso Público – Religioso; Uso Público – Escolar; uso Público – Cultural; Uso Público – Recreativo; Uso Público – Serviços do Estado; Uso Público – Equipamento Urbano.

por demanda de um público externo ao lugar, aproximando-se ao que Dantas (2004, p. 01) denomina maritimidade dicotômica. Pelo termo, o autor coloca em contraste uma prática marítima ocidental externa e outra prática ligada aos trópicos. Em nosso caso, esta relação dicotômica pode ser percebida entre as práticas marítimas externas, surgidas a partir das novas sociabilidades de uma modernidade metropolitana, que busca espaços litorâneos como refúgios de lazer ligados ao mar – transformando sua morfologia para atender às suas necessidades e desejos – e outra tradicional, que relaciona-se com a paisagem como espaço de materialização de suas referências culturais, caso da pesca tradicional (da Lagoa de Araruama ou marítima) ou comunidades rurais e quilombolas, naquele momento ainda não reconhecidas pelo estado em sua importância cultural.<sup>13</sup> Esta nova relação estabelecida entre a cidade e sua paisagem passa a ser espaço de atuação, em trabalhos de natureza diversa, para arquitetos ligados ao Movimento Moderno que, em meio ao seu processo de afirmação, passam a responder às novas demandas arquitetônicas, urbanísticas e do patrimônio cultural relacionadas à modernidade praiana. Este conjunto de projetos, portanto, sejam eles realizados ou não, colaboram para o entendimento do pensamento da época nestes campos uma vez que registram a aplicação de reflexões conceituais do período através de suas propostas.

Como acontece com algumas das obras arquitetônicas localizadas no Inventário Modernos Praianos, a excepcionalidade apresentada no projeto Urbanização Cabo Frio – Búzios é notável e um primeiro olhar dedicado ao projeto já demonstra sua extensão e ineditismo. Ressalta-se a relevância da estratégia dos irmãos Roberto em se valer de um grupo multifacetado e de etapas de trabalho de campo para diagnóstico dos espaços tratados, incorporando-o como trajeto metodológico para elaboração da proposta. Esta escolha possibilita incorporar aos programas de uso das Unidades Urbanas questões relacionadas ao *spiritu loci* dos espaços abordados, reconhecendo neles seu traço humano vivenciado, prevendo, por exemplo, residências para pescadores junto ao mar e espaços dedicados à pesca, como acontece na UU Manguinhos (Figura 16), em que residências para pescadores, frigorífico, espaço para salga, depósito de combustíveis e um cais exclusivo para a pesca são projetados na

---

<sup>13</sup> Exemplo destes conflitos podem ser notados, por exemplo, no bairro da Gamboa, reduto pesqueiro historicamente conhecido da cidade, que se vê drasticamente alterado morfologicamente pelo projeto Marinas de Cabo Frio, que ergue ilhas artificiais loteadas em substituição à gamboa ali existente, sendo um dos argumentos, o de melhor sanear aquela porção do espaço (MELO, 2009). Ou ainda nos conflitos de terra ocorridos na região da Praia Rasa e nas áreas rurais no entorno da Fazenda Campos Novos (hoje parcialmente reconhecidas como áreas quilombolas).

orla. Esta mesma postura aparece em outra proposta urbanística do escritório dos Roberto identificada na pesquisa, intitulada “UAC Cabo Frio – Urbanização do Arraial do Cabo” (Figura 20). Sem data e arquivado à parte do conjunto de documentos da UCFB, as características da proposta assimilam os mesmos princípios projetuais essenciais das Unidades Urbanas. À parte das recorrências das UUs, residências para pescadores, entreposto de pescado e frigorífico encontram-se propostos. Distribuídos no Pontal do Atalaia percebem-se 03 pontos indicados como “Vigia do Peixe” em cumeadas de morro, em uma referência à previsão dos locais usados pelo Mestre Vigia, figura fundamental da Pesca de Cerco (ou Pesca com Vigia), prática tradicional ainda hoje presente em Arraial do Cabo (Figura 19)<sup>14</sup>. Ainda que a análise qualitativa da proposta demande dados mais precisos para aferição, chama a atenção que a manutenção dos aspectos do *spiritu loci* novamente marca presença na abordagem projetual.<sup>15</sup>

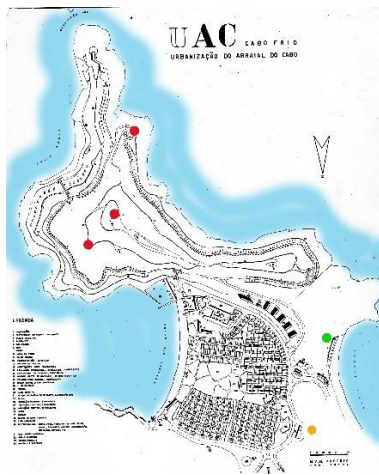
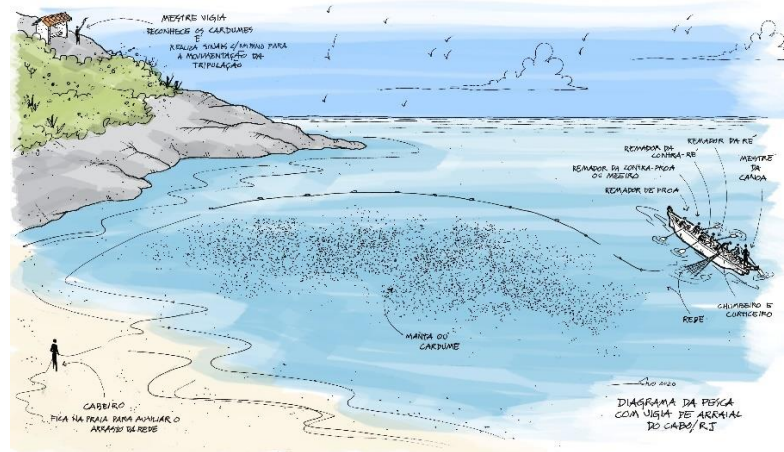


Figura 19 (à direita): Diagrama da Pesca com Vigia. Fonte: Acervo Ivo Barreto (Em: BARRETO; TURRINI, 2020, p.366)

Figura 20 (à esquerda): UAC Cabo Frio – Urbanização do Arraial do Cabo. Em vermelho, pontos indicados como “Vigia da Pesca”; em verde, “Habitações para Pescadores” e em laranja, “Entreposto de Pescado/ frigorífico”. Fonte: Acervo NPD/FAU/UFRJ, edição Ivo Barreto.



<sup>14</sup> Sobre a pesca com vigia, sua materialização espacial em Arraial do Cabo, o conceito de conhecimento sobre a “natureza profunda” envolvido nesta relação com o lugar e a ideia dos “cantos de praia” habitados pela cultura da pesca tradicional, recomendamos a leitura de Barreto (2021) e Barreto e Turrini (2020).

<sup>15</sup> Assim como a UCFB, o registro fotográfico da prancha única da Urbanização de Arraial do Cabo encontra-se no NPD/FAU/UFRJ. Se observada à luz dos princípios que regem o projeto Cabo Frio – Búzios, e considerando que Arraial do Cabo até 1985 era distrito de Cabo Frio, o projeto apresenta-se como uma 18ª Unidade Urbana.

Se observada sob um cone mais amplo de leitura, a proximidade com o conceito de cidade-jardim de Howard e a dimensão do projeto demonstra ainda que Cabo Frio, em meados da década de 1950, teve dinamismo suficiente para demandar a um dos mais importantes escritórios brasileiros de arquitetura do período, uma reflexão projetual em grande escala e de marcante ineditismo. Nasce na Urbanização Cabo Frio – Búzios a base conceitual que seria utilizada no ano seguinte para a elaboração da proposta apresentada pelo escritório M.M.M. Roberto Arquitetos ao Concurso para o Plano Piloto de Brasília. Classificada em 2º lugar, no projeto os irmãos Roberto ampliam a escala para 500 mil habitantes, separando as zonas urbanizadas em 7 grupamentos de 72 mil pessoas, valendo-se da mesma ideia de Unidade Urbana concebida para Cabo Frio (SOUZA, 2014). Como expõe o autor, o projeto do Plano Piloto dos Roberto, e por consequência o de Cabo Frio-Búzios antes dele, resulta de uma obstinada busca dos irmãos em conceber uma cidade que negava à monumentalidade opressora de herança barroca e as populações sem condições mínimas de vida urbana. O pensamento dos Roberto, segundo Souza (2014), optava nestes projetos de cidade por não abandonar a escala humana, de forma que “os percursos deveriam ser calmos e comoventes, como os das antigas cidades italianas” (SOUZA, 2014, p.221) e a prioridade seria a felicidade de seus habitantes, demonstrando a origem de seu pensamento nas ideias reformistas de Owen (1777-1838), Fourier (1777-1838), Howard e Frank Lloyd Wright (1867-1959).

Entendemos que já em uma primeira aproximação, o projeto Urbanização Cabo Frio – Búzios demonstra sua capacidade pedagógica e historiográfica, trazendo boas colaborações para a contínua revisão crítica dedicada ao Movimento Moderno. Para além disso, acreditamos que uma vez deslocada a centralidade do olhar para a região de Cabo Frio, posicionada em meio ao acervo do Inventário Modernos Praianos, novas percepções e conexões podem ser admitidas, ampliando não apenas esta colaboração acima citada, mas trazendo novo olhar para o acervo de obras realizadas e o conjunto documental legado pelo Movimento Moderno a Cabo Frio e região. Um acervo que, na medida em que passa a se constituir como conjunto, fortalece sua pertinência e evidencia valores, aproximando algumas de suas ocorrências mais excepcionais à sua condição de bens culturais e não mais apenas arquiteturas.

## **5. REFERÊNCIAS**

---

BARRETO, P. S. **A pesca artesanal de canoas de boçarda em Arraial do Cabo (RJ)**. Tese de Doutorado—São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social; Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2021.

BARRETO, P. S.; TURRINI, J. Os “cantos de praia” da pesca tradicional e a preservação da memória cultural na Região dos Lagos. Em: BARRETO BJÚNIOR, I. M. (Ed.). **Cabo Frio Revisitado: a memória regional pelas trilhas do contemporâneo**. Cabo frio: Sophia Editora, 2020. p. 360–393.

CHRISTÓVÃO, J. H. DE O. **Do sal ao sol: a construção social da imagem do turismo em Cabo Frio (Dissertação de em História Social)**. Dissertação—Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, 2011.

DANTAS, E. W. C. O mar e o marítimo nos trópicos. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, n. nº 15, p. 63–76, 2004.

DANTAS, E. W. C.; PANIZZA, A. DE C.; PEREIRA, A. Q. **VILEGIATURA MARÍTIMA NO NORDESTE BRASILEIRO**. X Colquio Internacional de Geocrítica : DIEZ AÑOS DE CAMBIOS EN EL MUNDO, EN LA GEOGRAFÍA Y EN LAS CIENCIAS SOCIALES, 1999-2008. **Anais...**Barcelona: Universidad de Barcelona, 2008. Disponível em: <<https://www.ub.edu/geocrit/-xcol/302.htm>>. Acesso em: 25 fev. 2024

DE BEUCLAIR, G. **Raízes da indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense, 1808-1860**. Rio de Janeiro: Studio F&S ed., 1992.

MACEDO, K. M. R. DE. **O desenvolvimento do turismo em diferentes contextos: o caso das cidades de Cabo Frio/Brasil e Ílhavo/Portugal**. Tese de Doutorado—Niterói: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo Doutorado em Arquitetura e Urbanismo; Universidade Federal Fluminense, 2020.

MELO, E. S. O. **Da privatização da paisagem às tentativas de homogeneização do território: políticas públicas e conflitos na urbanização turística de Cabo Frio**. Dissertação de Mestrado—Rio de Janeiro: Departamento de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, 2009.

M.M.M ROBERTO. Urbanização Cabo Frio-Búzios e o anteprojeto de legislação, por M.M.M Roberto. **Módulo**, Ano 2. n. nº 05, p. 26–37, set. 1956.

**Módulo**. [s.l.] Oscar Niemeyer, 1956.

NOBREGA, O. EXPLORAÇÃO DO PAU BRASIL DEU À CIDADE UM DESTINO INDUSTRIAL. **Jornal Diário de Notícias**, p. 2, 19 abr. 1959.

SOUZA, L. F. M. C. DE. **Irmãos Roberto Arquitetos**. Rio de Janeiro: Rio Books, FAPERJ, 2014.

SOUZA, M. L. DE. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. [s.l.] Bertrand Brasil, 2013.